



## DAS LUTAS PELA PARTICIPAÇÃO AOS PROJETOS FUTUROS: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

**LUANA ALMEIDA DE MOURA**

Mestre em Sociedade e Fronteiras pela Universidade  
Federal de Roraima, Boa Vista (RR), Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0415-8115>  
[lumourarr@outlook.com](mailto:lumourarr@outlook.com)

**MAXIM REPETTO**

Professor do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena,  
Universidade Federal de Roraima, Boa Vista (RR), Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2898-9079>  
[maxim.repetto@yahoo.com.br](mailto:maxim.repetto@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O presente artigo propõe uma análise das demandas e reivindicações do movimento das mulheres indígenas de Roraima, a partir dos debates da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR). A contar de um processo de luta e empoderamento feminino, as mulheres indígenas em Roraima vêm ganhando espaços de participação e reconhecimento em suas comunidades de base e organizações estaduais. Primeiro, questionando o seu papel e participação nas reuniões e assembleias, logo levantando demandas e reivindicações. Nas linhas que seguem analisamos suas demandas e reivindicações, verificando como a partir delas podemos identificar suas preocupações, suas ideias, suas necessidades na luta por reconhecimento de direitos e de participação social e cidadã. Nessa perspectiva, dialogamos com o referencial teórico dos movimentos indígenas e das discussões de gênero, porém mediatizado pela perspectiva de construção de identidade étnica e de experiências de vida desde as comunidades indígenas, o que nos mostra uma perspectiva singular para compreender as lutas e construções históricas dos povos indígenas na Amazônia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos Indígenas. Participação e Empoderamento de Mulheres Indígenas. Organização das Mulheres Indígenas de Roraima.

## FROM FIGHTS FOR PARTICIPATION TO FUTURE PROJECTS: ANALYSIS OF THE CONSTRUCTION OF THE CLAIMS OF INDIGENOUS WOMEN FROM RORAIMA IN THE BRAZILIAN AMAZON

**ABSTRACT:** This article proposes an analysis on the demands and claims of the indigenous women's movement in Roraima based on debates by the Organization of Indigenous Women of Roraima (OMIR). Through a process of struggle and empowerment, indigenous women in Roraima have gained recognition and the ability to participate in their base communities and state organizations. First, by questioning their role in meetings and assemblies, then by demanding a seat at the table. This article will analyze their claims and demands demonstrating how these reveal their ideals, concerns and needs as the women struggle to gain rights — both social and as citizens. Furthermore, this article will explore the theoretical framework of indigenous movements and feminism mediated by lens of building ethnic identity and life experiences within indigenous communities. This provides a unique perspective by which to understand the struggles and historical constructs of indigenous people in the Amazon.



## **DE LA LUCHA POR LA PARTICIPACIÓN A LOS PROYECTOS DE FUTURO: ANÁLISIS DE LA CONSTRUCCIÓN DE LAS DEMANDAS DE LAS MUJERES INDÍGENAS DE RORAIMA EM EL AMAZONAS BRASILEÑO**

**RESUMEN:** Este artículo propone un análisis de las demandas y reivindicaciones del movimiento de mujeres indígenas en el estado de Roraima, a partir de los debates de la Organización de Mujeres Indígenas de Roraima (OMIR). A partir de un proceso de lucha y empoderamiento femenino, las mujeres indígenas de Roraima han ido conquistando espacios de participación y reconocimiento en sus comunidades de base y organizaciones regionales. Primero, discutiendo su rol y participación en reuniones y asambleas, luego planteando demandas y reivindicaciones. En las líneas que se siguen analizamos sus demandas y reivindicaciones, mostrando cómo a partir de ellas podemos identificar sus inquietudes, sus ideas, sus necesidades en la lucha por el reconocimiento de sus derechos y por la participación social y ciudadana. En esta perspectiva, dialogamos con el marco teórico de los movimientos indígenas y las discusiones de género, pero mediatizados por la perspectiva de construcción de identidad étnica y vivencias de las comunidades indígenas, lo que nos muestra una perspectiva única para entender las luchas y construcciones históricas de los pueblos indígenas en el Amazonas.

**PALABRAS CLAVE:** Movimientos Indígenas. Participación y Empoderamiento de Mujeres Indígenas. Organización de Mujeres Indígenas de Roraima

### **INTRODUÇÃO**

No presente trabalho apresentamos uma análise das reivindicações discutidas no processo de construção e atuação da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR) pois, quando partimos deste lugar de atuação, buscamos averiguar quais eram as preocupações apontadas por essas mulheres indígenas, quais seus dilemas e questionamentos, quais direitos estavam sendo reivindicados e quais espaços estavam sendo demandados.

Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa na qual fizemos uma análise documental de materiais disponíveis no acervo da OMIR, dentre eles, relatórios de assembleias estaduais da OMIR, relatórios de reuniões, relatórios de viagens, estatuto da organização, relatórios de cartas de denúncias com reivindicações e solicitação das demandas para as comunidades, além de leituras de artigos, dissertações, teses e livros que dialogavam com a temática abordada. Realizamos também entrevistas com nove mulheres indígenas de diferentes regiões (Tabaio, Surumu, Amajari, Raposa e Serra da Lua), mulheres que exercem a função de liderança como tuxauas, coordenadoras locais, regionais, estaduais e secretárias do movimento de mulheres. Há aquelas que participaram desde o início dos debates da construção de um



movimento organizado de mulheres indígenas e aquelas que se inseriram mais recentemente na luta. A análise desses materiais e entrevistas possibilitaram observar diferentes pontos de vista sobre o processo organizativo e reivindicativo das mulheres indígenas. Vale destacar que tais entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado e flexível, feitas na cidade de Boa Vista.

Isto posto, cabe inserirmos algumas inquietações que foram modelando o problema da pesquisa. Como as mulheres indígenas foram se inserindo nos espaços políticos em defesa de seus territórios? De que forma as demandas e reivindicações foram se construindo no desenrolar destes processos de luta? Quais suas demandas e reivindicações, sabendo da interferência do contato interétnico? Como podem ser pensadas e atualizadas as relações entre o mundo feminino e masculino no contexto de vida nas comunidades indígenas?

Nossa análise articula duas vertentes de reflexão, trazendo uma perspectiva de compreensão dos movimentos sociais latino-americanos, por um lado, considerados em sua pluralidade (GOHN, 2007). Isso significa reconhecer movimentos indígenas no plural, pois entende-se que os movimentos indígenas não são uníssonos. Esses movimentos podem e divergem em ideias e pautas reivindicatórias como as que apreciamos nas lutas entre indígenas pela demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (REPETTO, 2008).

Por outro lado, esta análise implica no diálogo de uma perspectiva de gênero que nutre os movimentos de mulheres indígenas, permitindo um olhar diferenciado sobre as relações de gênero no contexto indígena, ao passo que denota os espaços políticos imbricados de disputa de poder (SCOTT, 1996; SEGATO, 1998-2003; STRATHERN, 2006; SACCHI, 2012).

As discussões de gênero, feminismo indígena, agência e empoderamento das mulheres indígenas, são temáticas que muito recentemente vêm sendo debatidas. No que tange ao pensamento das mulheres indígenas, elas podem lutar por melhorias nas formas de vida sem “trair” a comunidade, uma vez que é impossível conceber as lutas das mulheres indígenas sem estar primeiramente ligadas às reclamações dos povos, ainda que reivindicando direitos específicos de seu gênero. Nesse sentido, a mudança pode ser fruto de uma visão de mundo, cuja fundação se dá pelo aspecto intelectual, cultural, emocional e moral, em que seus princípios se sustentam em experiências vividas, experimentadas num determinado ambiente (CELENTANI,



2014). Isso leva a compreender melhor o processo de mudança, de organização política e reposicionamento de gênero em meio as mulheres indígenas no Brasil, em especial, no estado de Roraima.

Celentani (2014) busca entender o exercício/existência do feminismo indígena na América Latina e reconhecer na história das ideias continentais o pensamento feminista dessas mulheres. Embora seja difícil consolidar uma definição do que seja feminismo, uma vez que todo processo de transformação, contém contradições, avanços e diversas perspectivas. No entanto, é importante ressaltar que o feminismo ressurge em um momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciavam a existência de outras formas de opressão que iam além do econômico, afinal, o feminismo procura “repensar e recriar a identidade de gênero sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados e onde as qualidades ‘femininas’ ou ‘masculinas’ sejam atributos do ser humano em sua globalidade” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 9).

Nesse sentido, os movimentos das mulheres indígenas despertam suas inquietações acerca dos privilégios e poder de decisão política dos homens em suas comunidades, mas isso é feito de um ponto de vista singular. Querem ser reconhecidas como parceiras desde suas particularidades. Em uma perspectiva indígena buscam uma complementaridade, talvez mais do que uma igualdade de perspectiva ocidental pós-revolução francesa.

O movimento das mulheres indígenas de Roraima levanta discussões de gênero, questiona a violência física e psicológica exercida contra as mulheres, sejam elas domésticas ou comunitárias e o abuso das bebidas alcóolicas por parte dos homens que maltratam suas companheiras, ao mesmo tempo em que defendem suas comunidades e territórios contra a exploração e dominação imposta pelo estado e pela sociedade dominante. Esses aspectos matizam o debate feminista de igualdade entre homens e mulheres e, na perspectiva de um “feminismo comunitário”, falam da necessidade de compreender essa perspectiva de gênero não de forma individualista, mas coletiva e comunitária, o que é muito importante no contexto de vida dos povos indígenas (PAREDES, 2016).

## **1 ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA**



O estado de Roraima está situado no extremo Norte do Brasil, fazendo fronteira com a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativista da Guiana e possui aproximadamente 451.0000 habitantes, dentre os quais, de acordo o Censo Demográfico do IBGE (2010), 55.922 são indígenas, de diversas famílias de línguas e povos diferentes.

Da família linguística Caribe, temos os povos: Macuxi, Taurepang, Ingaricó, Wai-Wai, Patamona, Waimiri-Atroari e Yekuana; Da família de línguas Aruak, os povos: Wapichana, Atoraiu. Ainda vivem em Roraima os indígenas Yanomami, que por sua vez, se subdividem em diversos subgrupos autodenominados: Yanomae, Yanomami, Yanomama, Ninam (xiriana e xirixana), Sanumá e Ýaromë (CARVALHO, 2015).

Roraima enfrentou um duro processo de invasão territorial e de conflitos, produto da invasão de fazendas nacionais, de fazendeiros particulares, de garimpeiros, e por diversas instituições que se instalaram nas comunidades indígenas, as quais se apossaram de seus territórios, suas religiões e seus conhecimentos. No século XX essa situação acarretou diversas violências, que geraram um processo ativo de organização e resistência por parte das comunidades e dos povos indígenas do estado.

Como em outras partes do Brasil e da América Latina, as organizações começaram a surgir significativamente a partir dos anos setenta do século passado, em Roraima, foram levantadas as bandeiras de luta e reivindicação pela Terra, pela Saúde e pela Educação, dentre outras. Nesse contexto, a luta pela demarcação das terras indígenas foi de grande importância, dentre elas a luta pelo reconhecimento territorial Yanomami e da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que envolveram diferentes atores sociais em um debate político e jurídico travado nas maiores instâncias de debate nacional, como o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Nessas arenas, as reivindicações indígenas defendiam a garantia do reconhecimento de direitos coletivos e o reconhecimento de cidadanias diferenciadas, sendo que no contexto político e jurídico nacional, reivindicavam particularidades já reconhecidas na Constituição de 1988.

Com essa necessidade de representação, em meio às disputas pelas terras, em 1978 foi criado o Conselho Indígena do Território Federal de Roraima (CINTER).



Em 1988 quando Roraima passou a ser estado, o CINTER passou a chamar-se Conselho Indígena de Roraima (CIR). Com a criação do CIR, o movimento indígena se ampliou e se diversificou, surgindo diversas organizações indígenas, tais como: a Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIR), em 1988, a Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIR), em 1990, a Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (SODIUR), em 1993, além da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR), criada em 1999 (RAMALHO, 2013).

Essas organizações ergueram-se sob o discurso da representatividade, da luta pela terra, entre outros motivos. De acordo com Repetto (2008, p. 111) “as organizações indígenas surgem para buscar soluções para as dificuldades encontradas nas ‘malocas’, como mecanismo de representatividade e mediação com as agências que atuam no campo das relações interétnicas”. Desse modo, num primeiro momento, nota-se que as mediações se dão principalmente devido aos conflitos territoriais, mas na sequência, as problemáticas vão mudando e se diversificando.

Em 2009, quando a discussão sobre a homologação e demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol se acirrava e seguia para o seu momento definitivo, a divergência de ideias separou as organizações indígenas em dois grandes grupos. Havia aquelas que se posicionavam a favor da demarcação de terras indígenas em ilhas, caso da SODIUR, Aliança para Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas (ALID/CIR-1999), da Associação Regional dos Rios Kinô, Cotingo e Monte Roraima (ARIKOM, 1991) e da Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Indígenas de Roraima (ADMIR, 1997)<sup>1</sup>, que se aliavam com os governos estadual e municipal, bem como com fazendeiros e rizicultores. Elas defendiam a permanência das fazendas em território indígena. Acreditavam piamente em um discurso vazio de “desenvolvimento econômico”, aliado a discursos essencialistas que diziam que se fossem demarcados amplos territórios indígenas, eles teriam que voltar a viver como no passado, isolados dos homens “civilizados”, nus, sem transportes e sem os supostos benefícios da “modernidade” (REPETTO, 2008). A proposta de

---

<sup>1</sup> Esta associação surgiu com a finalidade de organizar as mulheres, no entanto, com a criação da OMIR em 1999, desaparece do meio político. Ver mais informações em Repetto (2008) - Quadro dos Movimentos e Organizações Indígenas.





demarcação de terras indígenas em ilhas supunha a existência de um mar de fazendas, entre as quais essas terras seriam pequenas ilhas de presença indígena.

Por outro lado, havia o movimento indígena a favor da demarcação em área contínua, cujo apoio vinha de outras organizações indígenas: CIR, OMIR, OPIR, APIRR e a Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental (TWM - povos Macuxi, Wapichana e Taurepang, 1996), além de simpatizantes da causa, como é o caso de pequenos produtores, colonos, a Diocese de Roraima e outras ONGs, como a Comissão Pró-Yanomami (CCPY), posteriormente absorvida pelo Instituto Socioambiental (ISA). Esta articulação de organizações indígenas e parceiros foram construindo o conceito de “demarcação de terras indígenas contínuas”, no caso da T.I. Raposa Serra do Sol, se falava de demarcação de rio a rio, o que implicava na retirada das fazendas, vilas e “corruptelas” de garimpo na região. Esta visão trazia uma concepção de desenvolvimento e sustentabilidade diferente da demarcação em ilhas, e foi o motor de empoderamento do movimento indígena nas últimas décadas do século XX (REPETTO, 2008).

É nesse impasse de lutas pela terra e pelas concepções de desenvolvimento que, ainda no fim da década de 80 e início da década de 90, as mulheres começaram a se organizar como um movimento social em apoio às causas indígenas, lutando pela terra, pela saúde e pela educação, sendo agentes de saúde, professoras e lideranças. Mas, ao mesmo tempo, construindo propostas próprias e reivindicações específicas que, articulando um debate de gênero e participação política interna, mostrava outras preocupações das comunidades indígenas. Assim, passaram a reivindicar uma atuação mais efetiva no campo político, na defesa dos direitos do seu povo e na participação produtiva e econômica, dada a importância das mulheres no trabalho, no sustento das famílias, das línguas e culturas.

Sobre o processo organizativo das mulheres indígenas em Roraima, Simonian (1997) pontua que, na década de 90, foi possível identificar quatro tendências, com níveis distintos de participação política das mulheres: 1) Mulheres indígenas ligadas à igreja Católica e ao CIR, que por sua vez, se identificavam como do “Movimento Maria de Guadalupe”, 2) Indígenas da ADMIR- Associação para o Desenvolvimento Mulheres Indígenas de Roraima, ligadas às demais associações e organizações indígenas e a forças políticas não indígenas do Estado, que falavam na demarcação em “ilhas”, 3) Mulheres indígenas que tinham participação política individualmente, 4)



Mulheres indígenas que viviam nas comunidades, mas com pouco contato com a sociedade não indígena, que integravam religiões cristãs pentecostais, ou aquelas que vivendo em cidades se encontravam alheias a esse processo de organização política.

Nota-se que na história do processo organizativo das mulheres indígenas no estado de Roraima, não houve apenas um movimento de mulheres indígenas, mas vários movimentos e organizações, todos com o objetivo de defesa dos direitos, principalmente em relação à terra, mas não necessariamente compartilhavam as mesmas perspectivas.

A partir do momento em que os movimentos de mulheres indígenas começaram a ser desenhados, surgem alguns pequenos espaços de discussão que tinham por objetivo a valorização da mulher indígena, bem como um movimento mais unificado e exclusivamente de mulheres indígenas. Dentre esses espaços, pode-se citar o Projeto Corte e Costura<sup>2</sup>, que de acordo com Simonian (1997, p.60) era “viabilizado pela Igreja Católica e o CIR, mas também pelo governo do estado”. E como resultado desse espaço, surgiu o Movimento Maria de Guadalupe.

Outro espaço por meio do qual as mulheres indígenas conseguiram se organizar foi a Secretaria do Movimento de Mulheres Indígenas, dentro do Conselho Indígena de Roraima (CIR), esse foi o primeiro espaço conquistado, fruto da organização das coordenações regionais. Uma conquista que pode também ser interpretada como resultado do interesse das lideranças de “aquietar” as mulheres que queriam maior participação, uma medida paliativa ao movimento que estava surgindo naquele momento, pois acreditavam que mais uma organização poderia enfraquecer o CIR. Prova disso pode ser o fato das mulheres começarem a se organizar em favor da criação da OMIR, uma Organização própria com o objetivo de lutar por suas particularidades, além de defender as demandas gerais do Movimento Indígena mais amplo.

---

<sup>2</sup> O Projeto de Corte-Costura e de Marcenaria foi implementado em 1986: [...] foi criado pelos Conselhos reunidos em Boa Vista no dia 3 de julho. [...] vendo a situação e as dificuldades existentes nas malocas, acharam que era muito importante e fundamental a implantação desses dois cursos que visava desenvolver todos os índios de Roraima. Vale destacar que, o curso de Corte-Costura era destinado às mulheres e o curso de Marcenaria aos homens; participavam indígenas de diferentes comunidades/regiões. No espaço destinado a realização do projeto de corte-costura, as mulheres ao final de suas atividades se reuniam para falar das problemáticas que assolavam suas comunidades, refletiam sobre ações a ser desempenhadas frente a essas questões. Havia uma troca de experiências e ao mesmo tempo um fortalecimento entre elas, no qual percebiam que vivenciavam situações semelhantes. Projeto de Corte e Costura e Marcenaria, 1986.





Esse debate das mulheres indígenas foi levado a cada povo em suas comunidades e regiões. E se outrora as mulheres indígenas não eram ouvidas e nem tinham espaços claramente identificados nas discussões das assembleias, as lideranças masculinas agora já não mais conseguiam fazê-las calar diante das situações recorrentes nas comunidades.

Conforme análise do Memorial das Mulheres Indígenas (s/d), em 1996, durante uma assembleia geral dos tuxauas do CIR, ocorrida na comunidade do Bismark, aconteceu uma das maiores resistências à participação das mulheres por parte das lideranças masculinas. Elas pediram espaço para expressarem seus posicionamentos e também pediram apoio para mostrar suas ideias e objetivos aos tuxauas, no entanto, isso não foi possível, pois, elas não haviam debatido suas estratégias antes desse encontro e a iniciativa foi feita na base do improviso. Isso acabou provocando uma certa confusão entre as lideranças presentes. Sendo que o objetivo inicial era ter um espaço/secretaria das mulheres dentro do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Após a tentativa frustrada de atenção por parte das lideranças masculinas, as mulheres partiram para uma segunda tentativa, na esperança de melhores resultados. Ainda em 1996, no 1º Encontro dos Coordenadores Regionais e Coordenadores dos Catequistas, da então Área Indígena Raposa Serra do Sol (AIRASOL), realizado em Maturuca, elas pediram a fala e fizeram suas propostas com o apoio dos coordenadores regionais e catequistas:

Nós mulheres, que vivemos na base, e que acompanhamos as lutas do nosso povo, onde vivemos e vemos os sofrimentos e muitos problemas que atrapalham a nossa caminhada. Diante de tantos motivos como esses, sentimos a necessidade de formarmos um pequeno grupo de mulheres conscientizadas, comprometidas com a nossa organização, CIR, e que apoiam esta grande luta da demarcação da terra AIRASOL. De acordo com as responsáveis de cada região da AIRASOL, decidimos começar este movimento com um pequeno número de mulheres de cada região. Juntas com as lideranças, levamos em frente os projetos existentes nas nossas comunidades, principalmente o projeto de corte e costura. Por isso, pedimos o vosso apoio concreto, Senhores Coordenadores dos Conselhos Regionais, para que juntos, homens e mulheres sejamos capazes de somar as forças, porque participamos da mesma luta (p.10).

O que se observa no depoimento é o engajamento das mulheres para fazerem parte da tomada de decisões, elas queriam ser mais ativas no movimento pela demarcação de terras, queriam ser mais participativas e envolvidas nas decisões,



queriam somar forças, e não tomar posse da liderança, que até aquele momento parecia pertencer aos homens. Elas argumentavam que participavam de uma luta em comum, a luta pela terra.

Nota-se que a resistência por parte das lideranças masculinas às reivindicações das mulheres indígenas se configurava como ameaça ao lugar de atuação no campo político, considerado tradição masculina. Deter o poder de decisão era o que se queria preservar. Mas as mulheres não tinham a intenção de “tomar o poder”, elas apenas queriam dissuadir os homens para que também pudessem se manifestar, sair do lugar de invisibilidade, participar mais ativamente das decisões.

O principal objetivo das mulheres era somar forças e valorizar a cultura, resgatar os costumes e a história do povo que corria risco de ser esquecido. Tais reivindicações demonstrava o interesse das mulheres em serem sujeitos políticos, e não sujeitos passivos, alheios às condições da comunidade em que viviam.

Com a aprovação do Estatuto da OMIR, em 1999, a Organização tornou-se oficialmente representante das mulheres indígenas do Estado de Roraima, das etnias: Macuxi, Ingarikó, Wapichana, Taurepang e Ye'kuana, ressaltando que ficou garantida a participação das mulheres das demais etnias, isto é, Patamona, Saporá, Yanomami e Wai Wai. A estrutura organizativa é composta pela assembleia geral (órgão máximo de deliberação), coordenação ampliada, coordenação geral, coordenações regionais e um conselho fiscal.

Com a criação da Organização, em 1999, as mulheres indígenas começaram a travar ainda mais lutas, numa trama que, conforme Bonin (2000), é feita por muitos fios: cultura, identidade, religião, tradição, uma luta que é traçada por homens e mulheres que vão descobrindo as formas de se organizar, como estratégias de luta, de participação e de diálogo. Assim:

A participação e o protagonismo feminino se expressam no cotidiano, na organização social e produtiva da vida indígena [...] O movimento das mulheres indígenas nasce para permitir que elas compartilhem experiências, discutam necessidades específicas e definam linhas comuns de trabalho. O principal objetivo é, segundo as mulheres, fortalecer a resistência, a união interna das malocas, o trabalho e a luta do povo, fazendo uma parceria com os homens e não competindo com eles (BONIN, 2000, p. 9).

Dentro dessa perspectiva, se observa que o processo de resistência se desenhou de modo dinâmico, em forma de celebração móvel, de construção e reconstrução das identidades étnicas, de gênero e de outras identidades envolvidas



nas lutas dos povos indígenas e fortalecimento de suas culturas.<sup>3</sup> Tal movimento não ocorre sem disputas de poder, internas e externas, embora as mulheres não quisessem competir com os homens. Mas, como já observou Joan Scott (1996), estas relações estão inclusas nas relações de gênero, nas disputas de espaços e nas disputas políticas.

No momento presente, as mulheres indígenas continuam com as discussões sobre violência contra a mulher, alcoolismo, abuso de bebidas, saúde, educação, autosustentabilidade, etc. Continuam com suas bandeiras de lutas iniciais, além de novas discussões que a Organização propõe. Desse modo, as mulheres indígenas desvencilhavam-se de algumas amarras sociais e culturais que envolvem as questões de gênero, mas não de todos os seus costumes, “elas argumentam que é ‘como mãe, como mulher’ que estão na organização, defendendo a cultura e seus papéis tradicionais e estabelecendo o vínculo primordial ao seu povo” (MONAGAS, 2006, p. 70).

Do ponto de vista da entrevistada Barbosa (2018):

A mulher indígena, já tá dizendo mulheres indígenas, ela tem uma força, um potencial muito forte. O que elas querem como tema da OMIR “união, luta, liberdade e resistência”. Eu acho que uma mulher indígena é tudo isso, ela tem uma grande resistência, apesar de ela ser mãe, às vezes fica sendo mãe e pai né e tem essa resistência de criar os filhos, de colocar sua roça, sua criação. Então, a mulher indígena ela é tudo, é uma resistência muito forte, que a gente nunca deixa acabar a nossa autonomia por ser mulher né. E hoje elas tão cada vez crescendo, pegando espaço. Já tem muitas mulheres que nessa longa resistência, hoje elas são tuxauas, coordenadoras de tuxauas, são professoras, são agente de saúde, são agricultoras, são tudo né, animadora de comunidade, são catequistas, são vaqueiras, não estão mais como naquela época que vivia só ali isolada na cozinha e não podia sair de casa, hoje elas estão em todos os lugares<sup>4</sup>.

Barbosa (2018) destaca bem a importância da mulher indígena hoje. Se outrora elas se limitavam a um espaço determinado, hoje elas conquistaram e atuam em diferentes espaços. As mulheres indígenas atuavam/atuam como dona de casa, esposa, mãe, liderança, catequista, vaqueira, capataz, assumindo essas diversas facetas, em diferentes papéis, lutam pela conquista de espaços e direitos, e pela desconstrução de preconceitos impostos sobre o seu gênero ao longo dos anos. Pelo

---

<sup>3</sup> A ideia de resistência dentro da perspectiva de movimento e de construção e reconstrução das identidades étnicas e de gênero, das lutas e dos espaços configura uma celebração móvel, toma-se como referência HALL (2005).

<sup>4</sup> As marcas linguísticas da fala coloquial das entrevistadas foram mantidas.



que foi dito, percebe-se, portanto, o processo de construção de um movimento de mulheres, com um projeto histórico de construção de sociedade e comunidade, assim como o surgimento e a consolidação de novos papéis e de novas identidades, nesse conjunto de problemáticas surgem novas formas de participação na comunidade e na sociedade.

## **2 DEMANDAS E REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES INDÍGENAS**

Na presente seção analisamos os relatórios de assembleias estaduais da OMIR, bem como os relatos de algumas entrevistadas que se dispuseram a colaborar com esta pesquisa, entre elas aquelas que estiveram presente desde as discussões iniciais do movimento de mulheres indígenas, assim como aquelas que tiveram/tem uma participação mais recente. Observamos, dessa forma, o panorama referente às temáticas discutidas, problemáticas vivenciadas e demandas solicitadas ao longo dos anos.

São mulheres de base que participam das reuniões da OMIR, observadoras, líderes, mães, donas de casa, mulheres diversas, que atuam em variadas funções na luta em prol de outras mulheres e das comunidades indígenas de Roraima, advindas dos mais diversos âmbitos.

No início do processo organizativo, as mulheres indígenas reivindicavam espaços de fala nas reuniões dos homens, pois também queriam fazer parte das tomadas de decisões. Por conseguinte, entraram com pautas em conjunto com os homens, por exemplo: a luta pela terra, não à bebida alcóolica, sim à família nas comunidades, a luta por uma educação diferenciada, entre outras bandeiras.

Com o passar dos anos, as pautas e bandeiras de luta foram se moldando, se aperfeiçoando de acordo com o momento e o contexto vivido, levando em consideração os aspectos específicos das mulheres, como por exemplo: a violência, a saúde e a autonomia.

Com a criação da OMIR, as mulheres passaram a ter mais espaços de debate e participação, passaram a ter mais conhecimentos sobre seus direitos e a se reunir nas comunidades, nas regiões e em assembleias estaduais. Esse foi um processo complexo, não isento de conflitos e contradições, até se consolidar a criação formal da organização.



Embora a OMIR tenha sido criada em 1999, e só registrada formalmente em 2016, a organização desenvolveu diversos trabalhos, a partir de parcerias, conseguindo atuar em diversas regiões, promovendo a realização de seminários e reuniões para discutir os direitos das mulheres, a situação de violência a que elas eram submetidas nas comunidades, o combate da bebida alcoólica, assim como debater e pensar estratégias referente à sustentabilidade econômica das famílias e comunidades.

As mulheres assumiram entre elas alguns compromissos, tais como: lutar unidas para se autossustentarem, lutar junto com os homens pela demarcação das terras indígenas, revitalizar a cultura, a língua, os cantos e as danças, combater as interferências políticas que trazem desunião às comunidades, movimentar melhor o trabalho de corte e costura, assim como produzir artesanato feminino, como pôde ser observado no Relatório da I Assembleia Geral Estadual da OMIR, 1999.

A luta pela terra e a garantia desta deixou marcas no movimento indígena: violência e maus-tratos, resultado das lutas por aquilo que era seu, tomado por pessoas estranhas. Acredita-se que estes e outros fatores impulsionaram a luta pela construção desse espaço. Eis o que afirma o relato abaixo referente à luta na comunidade indígena Santa Cruz:

Aí a gente chegou na Santa Cruz e era muita dificuldade, tinha um branco lá que era fazendeiro, ele maltratava muito o povo lá, aí a gente se reuniu fez uma união só assim estadual, assim foi como nós ganhamos a nossa terra, foi na luta. Eu fui espancada, eu tava gestante de uma bebê de três meses na minha barriga, eu fui batida e o soldado me bateu, mas graças a Deus eu tô de pé. [...] na luta pela demarcação, pela luta do Polo Base Santa Cruz (GRIGÓRIO M.C. S. 2018).

Uma carta divulgada pela OMIR em 2004 relata uma situação semelhante que aconteceu com a Grigório M.C.S. (2018):

Nós mulheres indígenas de Roraima, sofremos -mais uma vez- a fúria de empresários rizicultores e de fazendeiros armados que, junto com alguns de nossos próprios parentes, cooptados e encapuzados na manhã do dia 23 de novembro/ 2004, atacaram as nossas malocas (aldeias) "Jawari", "Homologação", "Brilho do Sol" e "Insikiran" assim como o "retiro" de Tay-tay, não poupando na sua fúria nem mesmo as mulheres grávidas, crianças e idosos (CRUZ; SALOMÃO, 2004).



A carta, na verdade, é uma denúncia da OMIR à violência com que as mulheres indígenas tiveram que lidar sob ameaças de fazendeiros, rizicultores e invasores em suas terras. Uma das vítimas acrescenta:

Foi às 06 horas da manhã e eu estava deitada ainda. Aí, o meu cunhado (que foi baleado) chegou correndo. Daí eu saí, e quando olhei, o fogo já estava queimando as casas. Aí eu peguei o meu terçado e cerquei eles. E falei: Podem sair daqui! Se não, eu toro vocês no meio com o meu terçado! Aí eles pararam e disseram: que mulher buchudinha braba! E aí ele (um dos agressores) disse que ia me matar. Ele disse: Vou atirar em tu, com teu filho na barriga! E aí eu disse: Pode me matar, que eu não tenho medo de morrer! Aí eles tocaram fogo (CRUZ; SALOMÃO, 2004).

Tanto o relato de Grigório M.C.S. (2018) quanto os que se encontram na Carta da OMIR explicitam parte da violência sofrida pelos indígenas, como dito antes. Contudo, essas lutas iniciais se prolongaram ao mesmo tempo em que o governo federal protelava os processos demarcatórios das terras Indígenas (SANTILLI, 2001) e foram surgindo novas reivindicações, que mostravam o avanço no reconhecimento formal dos territórios e as novas preocupações das famílias, por exemplo: demandas pelo incentivo à agricultura familiar e ao artesanato, o atendimento à saúde da mulher e espaços para se trabalhar com essas atividades. Essas demandas são mais recentes e envolvem contextos bem diferentes daqueles do início do movimento.

As mulheres indígenas conquistaram e assumiram pouco a pouco novas funções, o que contribuiu para o empoderamento feminino. Passaram a ter uma maior visibilidade e mais envolvimento na comunidade. Com o apoio da Igreja católica, as indígenas catequistas passaram a exercer uma posição de autoridade entre os membros de suas comunidades. Tivemos a oportunidade de entrevistar: Ocília Alexandre, Marciliana Luiz da Silva, Rosimeris Cavalcante Barbosa (que foram ou ainda são catequistas). Tal função lhes permitiu uma articulação tanto comunitária quanto regional, pois a partir daí, o trabalho que as mulheres desempenhavam passou a ser visto. Essa forma de articulação entre as mulheres, de modo mais centrado, possibilitou discussões que resultariam na criação da OMIR em 1999. Assim, pouco a pouco passaram a ser catequistas, professoras, vaqueiras, capatazes, tuxauas.

A OMIR conseguiu desenvolver alguns projetos mediante parcerias estabelecidas com o CIR e com outras instituições e órgãos, como o *Projeto Caminhando para o futuro (2000)*, cujo o objetivo era articular e organizar as mulheres na base (aldeias), espaço onde se desenvolve as atividades artísticas e culturais, e





se confeccionam artesanatos, tecelagem, cerâmica e outros; o *Projeto A Mulher na Produção do Artesanato Tradicional: Valorizando a Cultura (2004)*, que objetivava desenvolver a produção de artesanato indígena como forma de resgate da cultura. Esse projeto era um programa de valorização da mulher e do seu trabalho dentro das comunidades e organizações indígenas. Através dele buscaram recursos para o desenvolvimento da produção de artesanato visando à sustentabilidade da organização e, conseqüentemente, a melhoria na qualidade de vida de todos; o *Projeto de Oficinas de cerâmicas* era realizado nas comunidade, também visava a sustentabilidade comunitária e possibilitava discussões sobre saúde (gravidez na adolescência, DST/Aids etc.). Outros projetos, do mesmo modo, alcançaram diversas comunidades: Malacacheta, Tabalascada, Comunidade do Barro, etc.

De acordo com a análise do *Projeto Uma Caminhada para o futuro (s/d)*, observou-se que a OMIR intensificou suas atividades participando de diversos encontros regionais, estaduais, nacionais e internacionais. Entre outras representações, a OMIR participou da Conferência Nacional Contra o Racismo e a Intolerância, em 2001; da Conferência Mundial Contra o Racismo, realizada na África do Sul e da Primeira Conferência Nacional de Política para as Mulheres. Nesses eventos foram discutidas pautas como a valorização da mulher e a revitalização da cultura indígena. Cursos de capacitação em diversas áreas foram oferecidos, como: gestão administrativa, de informática, educação indígena, formação diferenciada no ensino universitário, medicina, conhecimentos tradicionais, preservação, sustentabilidade, demarcação das terras, política partidária, prevenção ao alcoolismo. Articulações com outras organizações indígenas também foram feitas.

A OMIR realizou o *I Seminário Sobre Saúde da Mulher Indígena*, em 2001, com os temas: “Prevenção do Câncer do Colo do Útero”, “Prevenção da Mama”, “DST/AIDS”, “Violência Doméstica e Violência Sexual”, “O Alcoolismo Como Doença e Interferência Na Vida Familiar”. Em 2003, intensificou-se a luta pela homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol juntamente a outras organizações indígenas. Foram realizadas palestras sobre “Saúde e Prevenção”, “Roças e retiro para criação de galinha e porco”, curso de formação para as coordenadoras regionais, produção de artesanato e cerâmica. Aconteceu junto ao Núcleo de Mulheres de Roraima (NUMUR) e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), o *Primeiro Encontro Estadual de Monitoramento da Violência Contra a Mulher*.



Na IV Assembleia Estadual da OMIR (2003), foram discutidos temas como alcoolismo, a demarcação, homologação e violência. As coordenadoras de cada região destacaram os avanços: “Precisamos aprender a cuidar do nosso corpo, é um desafio com as jovens e os jovens. Vamos preparar nossas crianças. Existe em nossas comunidades o aborto, suicídio, drogas” (p.12). A coordenadora regional da Raposa salientou o trabalho realizado (tem roça regional, cerâmica e corte-costura). Na ocasião, foi dado um alerta para as mulheres “pisarem firme”, em razão dos muitos conflitos que havia por conta da demarcação da Área Indígena Raposa Serra do Sol.

A coordenadora regional de Amajari informou sobre as dificuldades de transporte, pois sua comunidade é distante. Ressaltou também que “é triste quando uma coordenadora diz que não está fazendo nada, pois todo dia estamos fazendo algo. Estamos esperando a resposta do Presidente para a nossa homologação” (p.9). A coordenadora incentivou as mulheres a continuarem na luta pela terra argumentando que, para falar de saúde, escola e sustentabilidade, é preciso primeiro ter as terras livres. A fala demonstra que a demarcação da terra era vital naquele momento.

Cada região expôs suas necessidades por intermédio de suas coordenadoras. Havia região que demandava cursos, tanto no início como no final do ano, criação de horta da OMIR, estrutura para os centros, bem como fazer uma cozinha regional. Enquanto que algumas queriam fazer trabalho com cerâmica, construir um retiro regional da OMIR, outras preferiam solicitar roça comunitária para as mulheres, o projeto de gado, pintura, artesanato, corte e costura, plantio de banana, construção de uma casa de artesanato, preservação dos recursos naturais.

Em 2004, em São Paulo, no Dia Internacional da Mulher - 08 de Março – algumas mulheres indígenas de Roraima participaram da oficina de “Gênero e Populações Tradicionais”, realizaram também uma oficina sobre a violência contra a mulher indígena, em parceria com o NUMUR, e outra estadual em parceria com o CIR, o qual resultou em uma cartilha sobre essa temática, bem como participaram das assembleias regionais.

Na VIII Assembleia Estadual da OMIR (2008), uma das principais discussões centrou-se no seu estatuto, pois as mulheres queriam autonomia. Além desse, outro ponto relevante nessa assembleia, diferente das demais, foi a discussão sobre a Lei Maria da Penha e suas penalizações no âmbito indígena, bem como a criação da



Coordenação das Mulheres Indígenas (CMI), na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em janeiro de 2007, com o objetivo de coordenar, articular e estimular a implantação das ações de gênero, acompanhar a participação das mulheres indígenas nos fóruns de discussão concernentes aos direitos e interesses das comunidades indígenas, outrossim, propor e formular políticas públicas para as mulheres.

Entretanto, ainda havia o objetivo de articular, estudar e consolidar parcerias para garantir o acesso das mulheres indígenas e o de suas organizações a órgãos da esfera Federal, Estadual e Municipal, cujas ações estejam relacionadas à economia sustentável, programas sociais, educação, cultura, saúde, defesa e garantia dos direitos, e que garantissem, além do apoio à realização dos encontros das mulheres indígenas, acompanhamento e encaminhamento nos casos de violência contra as mulheres indígenas. Nessa época, a CMI estava sob coordenação de Léia do Vale – Wapichana.

Na X Assembleia Estadual da OMIR (2010), cujo tema era “Mulheres Indígenas Preservando o Meio Ambiente”, um aspecto que chama à atenção no relatório, tem a ver com a narrativa de Leoma Ferreira, coordenadora da Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIRR), que ressaltou sua participação na assembleia da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), que aconteceu no Estado do Maranhão, momento no qual foi criada uma organização das mulheres indígenas em nível da Amazônia Brasileira, a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB), na qual a OMIR passou a ter duas conselheiras. Um importante passo para o fortalecimento dos movimentos em prol da melhoria de vida dos povos indígenas.

Na XIII Assembleia Estadual da OMIR (2014) destacamos a participação da advogada Joênia Wapichana (primeira mulher indígena a exercer advocacia no Brasil, e primeira mulher indígena a ser eleita deputada federal, filiada à Rede Sustentabilidade, representou Roraima durante as eleições de 2018), momento em que passaram a estudar a Lei Maria da Penha. Joênia Wapichana, afirmou que cada comunidade deve ter sua própria lei e sua própria forma de organizar seus trabalhos, conforme assegurado na Constituição Federal, mas acrescentou que, esta ordenação comunitária, não pode ter contradição com os direitos fundamentais. Enfatizou também a importância da tomada de decisões coletivas, que evitaria, por exemplo, a circulação de bebidas alcoólicas, afinal, por serem coletivas, elas devem ser



respeitadas e protegidas pelas autoridades. Outra observação elencada por Joênia Wapichana foi acerca do Conselho Tutelar, que também influencia as decisões das comunidades, mas contesta algumas práticas indígenas. A advogada acrescentou que, quando os pais bebem e deixam de cuidar das crianças ou cometem atos violentos, esses fatos podem ser levados ao conhecimento das autoridades e o menor pode ser levado pelo juiz, perdendo o casal a guarda do menor. Explicou que a prática da relação sexual com menor vulnerável (menos de 13 anos), é considerada estupro, mesmo havendo permissão do (a) menor e dos pais.

A partir da XV Assembleia Estadual da OMIR (2016), passamos a ter um contato mais direto com suas ações, e também a compreender melhor sua importância. Nessa assembleia, o objetivo era fazer uma retrospectiva da luta e da resistência da mulher indígena em Roraima, os nomes das mulheres pioneiras no movimento foram lembrados, assim como o movimento Maria de Guadalupe, um dos espaços pioneiros de organização das mulheres indígenas. Também foi feita uma abordagem sobre o desenvolvimento e as dificuldades dos projetos efetuados em suas comunidades. A XV Assembleia tinha por título: *15 anos protagonizando a história da mulher indígena do estado de Roraima*.

Na XVI Assembleia Estadual da OMIR (2017), contou com uma Oficina de Customização de cadernos, canetas, entre outros objetos, a atividade não foi muito bem aceita por todas, pois algumas mulheres achavam melhor separar assembleia de oficinas, mesmo assim participaram das dinâmicas sem maiores problemas. Nessa assembleia, além da apresentação dos projetos e reivindicações habituais, as mulheres contaram com uma visita da então governadora Suely Campos (atual, ex-governadora) para averiguar a situação do Clube de Mães existente na comunidade do Pium, Região Tabaió, local da realização da assembleia.

Observou-se que as autoridades e políticos, de modo geral, não são bem-vindos nas comunidades indígenas, talvez pela falta de incentivo de políticas públicas para a melhoria de vida dos povos indígenas, ou pela falta de compromisso em olhar para eles. Nessa assembleia, foi preciso uma conversa com todos os presentes antes da chegada da governadora, pois nem todos concordavam com a sua presença.

Outro ponto importante da Assembleia foi a narrativa de Marciliana Luiz da Silva, uma das pioneiras do movimento das mulheres indígenas. Nessa assembleia,



a mesma leu toda a sua trajetória até aquele momento, incentivando as mulheres a prosseguir na luta:

*TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL  
COMUNIDADE INDÍGENA CUMANÃ*

Eu, Marciliana Luiz da Silva, nascida no dia 20 de dezembro de 1958, mãe de nove filhosacompanho o movimento das mulheres indígenas desde 1986, na missão Surumu, juntamente com outras mulheres como: Lindalva da região Surumu, Diva da região da Raposa, Rute da comunidade Barro. Fez curso de corte costura na missão Surumu em 1988. Tem projeto de duas máquinas. Não tem nenhuma danificada, estão funcionando. Em 1994 fez curso de catequista na comunidade Machado. Até hoje sou catequista de coração, depois, em 1998 a 1999, 2000 fui coordenadora da região Surumu. Voltei a ser eleita novamente em 2013. Passei mais quatro anos na coordenação da região Surumu. No dia seis de fevereiro de 2017, entreguei o cargo da coordenação para a nova coordenadora Gabriela. 1ª coordenadora era Marciliana. Vice-coordenadora era Ireunice.

Fui participando de vários encontros, assembleias de tuxauas, regionais e estaduais da OMIR. Participei do 1º congresso dos catequistas na comunidade do Bismark na região da Raposa. Onde nós mulheres tivemos mais força com a luz de nossa senhora de Guadalupe, onde nos guiou de 10 a 12 de dezembro de 1995. Viemos caminhando a pé do Bismark até a Raposa. Fui a favor da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. Porque nossos povos viviam sofrendo, não tínhamos o direito de pescar, caçar, fazer os nossos retiros para fazer as nossas criações como gado e outras criações miúdas. Assim nós mulheres resolvemos lutar pela nossa terra, voz e voto (p. 10-11).

Nesse relato, constante no relatório da XVI Assembleia Estadual da OMIR (2017), é possível ter um resumo dos trabalhos desenvolvidos pela OMIR, suas lutas, os embates referentes à disputa pela terra, bem como o avanço nas discussões sobre as questões de gênero: a organização permitiria voz e voto.

Nessa assembleia, a coordenadora estadual da OMIR, Rosimeris Cavalcante Barbosa (2016-2019), salientou quais foram os trabalhos desenvolvidos como OMIR e onde a Organização se fez presente:

[...] trabalhou muito, não com dinheiro, mas com palestra, com oficina, na saúde, na educação, fazendo intercâmbio, outras parcerias com mulheres de fora pelo CIMI. É conselheira distrital no DSEI Leste de Roraima, defende pra fiscalizar como estão as regiões, também é conselheira dentro da Rede Cegonha da Maternidade, onde se assina pra vir as coisas para as mulheres indígenas. (p.13).

Em entrevista, Barbosa (2018) acrescenta informações sobre algumas áreas de atuação da OMIR:



Nós temos vários espaços que fazemos parte no Conselho. Nós somos Conselho na Ilha de Maracá, naquele Projeto do Chico Mendes, nós somos Conselho dentro do Insikiran, lá a gente decide as bolsas para os estudantes, essas coisas, nós somos parceiros lá. Nós também somos Conselho dentro Hospital Geral de Roraima-HGR, somos Conselho dentro da Rede Cegonha na Maternidade, também somos Conselho dentro das Políticas Públicas Para Mulheres no SETRABES [Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social] e também faço parte daquele da CEBS né da Igreja Católica, sou uma do Conselho lá dentro, que sempre tô viajando pela CEBS e pelo CIMI [Conselho Indigenista Missionário] que a gente tem esses intercâmbios fora, aí eu sou Conselho também lá dentro. Esses conselhos tem como função, buscar melhoria para as nossas terras indígenas, buscar melhoria para regiões como, por exemplo, na Ilha de Maracá abrange só Alto Alegre e Vila Brasil, Amajari né. Lá a gente manda as demandas pra ponte, estrada, escola, posto de saúde, em tudo. No DISEI-LESTE, busca melhoria na saúde indígena né, a gente somos Conselho lá.

Percebe-se que a OMIR tem atuado em diversos espaços, de diversas maneiras e com vários projetos que as próprias mulheres solicitam para suas comunidades. Em seus relatos, as entrevistadas citam os projetos que a organização vem desenvolvendo nas regiões/comunidades das quais estas fazem parte. Grigório, L. S. G. (2018), da Região da Raposa, Comunidade da Jibóia, destaca que as mulheres dessa comunidade solicitaram da OMIR o Projeto da Casa de Farinha<sup>5</sup> e Avicultura. Ainda estão aguardando o atendimento desses projetos.

Em entrevista, Barbosa (2018), destaca alguns dos projetos da OMIR que estão em funcionamento nas regiões em que a Organização atua:

Os projetos da OMIR que temos desenvolvido, nós temos, primeiramente, o bovinocultura, nós temos fazendinha, que é a Fazenda Cuba no Amajari, lá no Aningual, nós temos a fazenda de São Marcos, Fazenda de Kanon também de mulheres, nós temos a Fazenda Aratanã que é na Raposa, no Lago Caracaranã, nós temos a outra Fazenda de Carneiro que é também no São Marcos. Aí o outro Projeto que nós temos é o da Casa de Farinha né, logo que eu entrei em 2014, que as mulheres estão trabalhando de agricultura, de roça né. Outro que nós temos é o das Panelas de Barro, que aqui acolá a gente tá fazendo. A gente também faz os intercâmbios para outros estados e nós temos na Serra da Lua, onde eu tô acompanhando o Reflorestamento no Novo Paraíso e as Tranças que as mulheres vivem muito de trança lá, peneira. Temos também os Projetos da Maromba né, nós temos três marombas de fazer tijolos. Nós temos os Projetos das Hortas também que está na Linha Seca e na Santa Cruz. Nós temos também esses projetos das barracas que vem pra vender as coisas das hortas.

---

<sup>5</sup> Esse projeto foi realizado com verba da senadora Ângela Portela (atual, ex- Senadora) que destinou o equivalente a 300 mil reais para a construção de 100 casas de farinha distribuídas entre as comunidades e regiões. Demanda das mulheres indígenas. Relatório da XVI Assembleia Estadual da OMIR, 2017.





Sabe-se que a organização não tem recurso próprio, desse modo, a coordenadora estadual, esclarece quais as parcerias possibilitaram a conquista das demandas solicitadas pelas mulheres:

Na realização desses projetos nós temos o apoio dos parceiros. Até agora de fora, nós temos da Austrália pela CNBB [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil], esse que nós temos das Marombas, das Máquinas que vieram 20 máquinas, corte e costura pela CNBB também. Os parceiros daqui que nós temos do Estado, era o governo no corte e costura, nas oficinas. Nós somos Conselho dentro da SETRABES, no departamento das Políticas Públicas das Mulheres. Aí nós temos vários cursos que eles passam pra gente, uns cursos pequenos, é pintura, variados né, biscuit. E nós temos também o apoio da FUNAI e também Secretária de Estado do Índio. Outro também é as igrejas, a Diocese né, o CIMI [Conselho Indigenista Missionário], eles estão sempre ajudando a gente. (BARBOSA, 2018).

A partir da análise dos relatórios das assembleias da OMIR aos quais tivemos acesso, construímos um quadro a seguir, que nos permite sintetizar as demandas e reivindicações das mulheres indígenas ao longo do tempo da organização. Nele apresentamos as principais reivindicações e demandas das mulheres discutidas nas assembleias, o que nos mostra a incidência das mesmas nos debates.

#### QUADRO 01- SÍNTESE DE DEMANDAS DAS REGIÕES

| DEMANDAS                                  | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2006 | 2008 | 2010 | 2014 | 2017 | 2018 | TOTAL |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Curso/oficina artesanato                  | -    | 3    | 2    | 5    | 3    | -    | -    | 3    | 4    | 4    | 24    |
| Combater/discutir a bebida alcóolica      | 6    | 3    | -    | 2    | -    | 3    | 3    | 1    | 2    | -    | 20    |
| Discutir/aprovar Estatuto Social OMIR     | 6    | -    | -    | 5    | -    | 4    | -    | -    | 1    | 1    | 17    |
| Roça comunitária                          | 5    | 2    | 3    | 3    | 2    | -    | 1    | -    | 1    | -    | 17    |
| Saúde da mulher                           | 2    | 2    | -    | 1    | -    | 4    | 2    | -    | 2    | -    | 13    |
| Criação de animais (galinhas)             | 5    | 2    | -    | 2    | 2    | -    | -    | -    | -    | -    | 11    |
| Combater/discutir violência contra mulher | -    | 1    | -    | 2    | -    | 2    | 3    | 1    | 2    | -    | 11    |
| Projeto avicultura                        | 1    | -    | -    | -    | 1    | -    | -    | 1    | 3    | 4    | 10    |
| Plantação/agricultura                     | -    | -    | 1    | 1    | 3    | -    | -    | -    | 4    | 1    | 10    |
| Projeto corte e costura                   | -    | -    | 1    | 2    | 2    | -    | -    | -    | 1    | 4    | 10    |
| Projeto horta comunitária                 | -    | -    | -    | -    | 1    | -    | 1    | -    | 1    | 5    | 8     |
| Projeto piscicultura                      | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | 1    | 5    | 2    | 8     |
| Projeto de Gado/ Bovinocultura            | -    | -    | 1    | -    | 1    | -    | -    | -    | 3    | 2    | 7     |
| Medicina tradicional                      | 2    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | 1    | 3    | 1    | 7     |
| Oficina de cerâmicas                      | -    | -    | 1    | 1    | 3    | -    | 1    | -    | -    | 1    | 7     |

Fonte: Moura (2019)

Conforme o quadro, observamos algumas demandas recorrentes, são aquelas que aparecem nos relatórios ano após ano, algo que as mulheres estavam sempre solicitando e discutindo. Em primeiro lugar, o artesanato, tanto por sua



importância no uso doméstico como pela venda que conseguem fazer, o que traz um retorno econômico para as famílias.

Em segundo lugar, o debate contra o uso e abuso das bebidas alcoólicas, que está intrínseco ao tema da violência contra a mulher. É importante destacar esse ponto, que tem sido um elemento moralizante e politicamente diferenciado, pois embora sejam as mulheres as que preparam as bebidas tradicionais feitas de mandioca ou batata, são os homens que abusam no consumo. Inclusive, com a entrada indiscriminada de cachaça nas comunidades. No final das contas, são as mulheres as que sofrem por esse abuso. Essa é uma reivindicação de gênero e trouxe um debate sobre o papel da mulher e dos homens no seio das comunidades.

Nos últimos anos surgiram “policias comunitárias” nas comunidades indígenas, inclusive, com apoio e formação dada pela Polícia Federal e outros órgãos de segurança. Elas têm a missão de cuidar da segurança e coibir a violência externa e interna nas comunidades indígenas. De forma geral, aqueles que não andam de “acordo” com os regimentos internos das comunidades, são punidos, entre eles, os homens que batem em suas mulheres, aliciadores, ou os que praticam a violência nas suas diversas formas.

Na XVII Assembleia Estadual da OMIR (2018), foi perguntado a um dos seguranças comunitário qual seria o castigo para quem batia em mulheres e este respondeu que dependendo da gravidade, o infrator poderia ser expulso da comunidade, mandado para outra para realizar trabalhos comunitários, ou seja, dependendo do delito praticado, iam sendo dadas as sentenças. Entre os motivos que justificavam o policiamento comunitário, ressaltavam o desejo de diminuir os índices de prisões dos indígenas nas cadeias públicas de Boa Vista-RR, mas de forma geral, em nossa opinião, ainda faltam instrumentos para o auxílio às mulheres vítimas de violência.

Segato (2003) faz uma importante indagação acerca da violência contra as mulheres indígenas: como lutariam, pois, as mulheres indígenas pelos seus direitos específicos, sem, contudo, prejudicar a parte da sua luta pelos direitos dos seus povos? Esta é uma questão bem complexa de se discutir.

As mulheres têm pouca oportunidade de denunciar estes abusos ante a lei, e quando o fazem sofrem incompreensão e pressões fortes no seu meio familiar e comunitário. Em muitos países [as mulheres indígenas] se organizaram para enfrentar esta situação de discriminação e violência de



gênero, adotando um enfoque baseado nos direitos humanos (VERDUM, 2008, p. 12).

A afirmativa dá mais fundamento ao que foi dito anteriormente sobre como funciona a ação dos agentes indígenas nas comunidades. Só se denuncia os abusos e violências em casos mais graves. E quem determina a gravidade do caso? As mulheres, indígenas, além das violências de gênero que sofrem, ainda são incompreendidas e pressionadas pelo âmbito familiar e comunitário. Eis a questão: a Lei Maria da Penha serviria para as mulheres indígenas?

A lógica de que a Lei Maria da Penha parece ser a resposta suficiente às demandas não é verdadeira. Hoje, as mulheres indígenas admitem que a violência doméstica as atinge, mas questionam os efeitos da lei nas suas comunidades. Seus maridos e filhos terão de responder, nas cadeias e prisões das cidades pelo abuso cometido? Quem irá caçar? Quem irá pescar? Quem irá ajudar na roça? (KAXUYANA; SILVA, 2008, p. 43).

Nota-se que não há unanimidade quanto à aplicação da Lei Maria da Penha entre povos indígenas. As próprias mulheres sentem que há certa “dependência” do homem ao seu lado, talvez pelos hábitos culturais, divisões do trabalho, etc. Kaxuyana e Silva (2008, p. 45) argumentam:

[...] é inevitável e necessário proporcionar aos povos indígenas e, nesse caso, às mulheres das organizações regionais, para discutir e entender a Lei Maria da Penha, uma vez que as mulheres indígenas não discutem de forma isolada os seus problemas. Tendem sempre a envolver a comunidade, os seus parceiros, caciques e professores. Só assim os homens passarão a compreender que a violência tem de ser combatida. Seria acertado ouvir das mulheres indígenas se essa nova lei se aplica também à realidade étnica de cada povo indígena deste país ou se elas preferem manter a tradicionalidade dos códigos de conduta e de punição próprios de seus povos e se utilizar da legislação vigente quando entenderem que a situação foi além da esfera de controle e entendimento interno de sua comunidade.

Sob essa perspectiva podemos entender melhor porque as mulheres indígenas falam nas assembleias da ausência dos homens, das lideranças masculinas e sentem a necessidade de sua participação, para que os mesmos possam compreender suas ações, discussões e, assim, colaborar positivamente. Nas assembleias da OMIR, quase sempre há mesas de discussões sobre violência contra a mulher, o alcoolismo e o uso exagerado da bebida, que é considerado pelas mulheres como um dos fatores que acaba por gerar mais violência entre os cônjuges e na própria comunidade.



É importante destacar que, em algumas comunidades indígenas do estado de Roraima, já está sendo debatido a criação de um regimento próprio e em outras já está sendo adotado. O regimento facilita as punições nos casos de violência contra as mulheres, entre outras situações cometidas dentro da comunidade que contrariam as regras da boa convivência. É a partir deles que se procura solucionar os problemas das comunidades com base nas normas apontadas por ele, sendo que o mesmo é criado de forma coletiva, debatido em várias reuniões. Tal afirmativa pode ser observada no relato de Alexandre (2018):

Quando é muito grave ele paga pena. Na primeira não paga pena, na segunda já vai. Três meses, seis meses.  
[...] a gente vai aconselhar, chama na maloca, a gente dá conselho, a gente bota pra pagar pena. Vocês vão pagar pena aqui na comunidade, vocês não vão preso. Tem termo que eles assinam quantos meses. Então por causa disso que Ocília tá falando, porque eu não quero ver vocês na prisão, morto na cadeia. Eu não quero ver vocês longe da família de vocês, do filho de vocês. Tem o momento de cumprir o trabalho deles e depois tem toda a alegria de tá com a família. Nossa pena é diferenciada como diz né, nós da área indígena Pium, porque nós temos nosso Regimento já aprovado, então nós tamo trabalhando em cima do Regimento.

Alexandre (2018) acredita que a partir do trabalho desenvolvido pelo Projeto Segurança Comunitário e pelas ações da OMIR, os casos de violência têm diminuído em sua comunidade:

De primeiro tinha mais [casos de violência], mas depois que a gente trabalhou com a OMIR calhou mais. Esse nosso projeto [Segurança Comunitário] veio surgir através do nosso PGTA [Plano de Gestão Territorial e Ambiental], Manoá-Pium e não surgiu à toa não sabe, Vigilante da Terra, projeto do Jacir, surgiu essa proteção então no Pium.

Em suma, nota-se que o combate à violência contra a mulher que tem ocorrido dentro das comunidades indígenas, seja recorrido ao Regimento Interno ou à Lei Maria da Penha. Cabe a elas decidirem. É importante ressaltar o fato das mulheres indígenas terem em suas comunidades ferramentas próprias de combate à violência. Mesmo que seja um sistema que não compreenda todas as problemáticas das mulheres indígenas, pois ainda falta um amparo mais afetivo para essas mulheres vítimas de violência dentro da comunidade, é um sistema interessante, pois se desenvolve na base de um processo de autoconscientização e de moralização da vida comunitária.



Percebemos também que, embora nos primeiros anos apareça mais intensamente o debate da saúde da mulher, esse tem sido um elemento permanente nos debates e, talvez, tenha aparecido com menos intensidade nos últimos anos devido ao trabalho concreto feito sobre esse tema. Agricultura e corte e costura tem se mantido também como uma preocupação das mulheres. Salientando que os trabalhos nas roças é uma atividade tradicional em que as mulheres têm um importante papel.

Observamos também uma mudança na nomenclatura. Nos primeiros anos aparecem os trabalhos de roças comunitárias, sendo que, do meio para o fim estão mais voltados para a agricultura e plantação. Talvez, mais associado ao uso de tratores e sistema de arar a terra em novos espaços da savana, mais perto das casas, o que coincide com a disseminação de novas técnicas e tecnologias promovidas pelos governos de Roraima e pela Embrapa.

Nesse mesmo sentido, podemos notar como nos primeiros anos surge mais fortemente a reivindicação por criação de galinhas, sendo que nos últimos anos a “avicultura” ganha mais espaço. Acreditamos que isso reflete também o uso de novas técnicas e concepções de criação. A criação de galinhas é vista como uma produção doméstica, enquanto a avicultura implica em projetos, com técnicas de confinamento das aves, também associado à disseminação de novas técnicas e tecnologias nas comunidades indígenas.

Nos últimos anos também percebemos o aparecimento de demandas por piscicultura, que é certamente uma atividade nova, por hortas medicinais, que podem ser um desdobramento dos temas iniciais, relacionados à saúde da mulher, assim como hortas, que em certo sentido é uma atividade recente, pois as atividades tradicionais de roça, em sistema de derrubada e queima da mata, onde se cultivava mandioca, milho, abóbora, feijão, entre outros, vem aos poucos sendo complementada por sistemas de hortas de verduras, de salsa, cebolinhas e folhas, que são produtos relativamente novos dentro do sistema produtivo das comunidades indígenas.

A partir da análise dos relatórios da XVI e XVII Assembleia Estadual da OMIR, ocorridas respectivamente em 2017 e 2018, é possível observar a inserção de novos projetos, com destaque para aqueles voltados para a piscicultura, bovinocultura,



avicultura, casas de farinha e criação de suínos. Essas são demandas que têm como objetivo promover a sustentabilidade das regiões.

As demandas por regiões (região Raposa, região Serra da Lua, região Taboão, região Surumu, região Serras, região Baixo Cotingo, região Amajari, região São Marcos, região Murupu) são bem variadas. Conforme as novas solicitações, elas são atendidas, caso obtenham êxito no trabalho, passam a ser mais requisitadas pelas demais regiões, igual ao caso do projeto das casas de farinha. Por causa do grande número de buscas, muitas comunidades não foram contempladas por esta ação. A OMIR, os parceiros, e os demais órgãos, sejam governamentais ou não, nem sempre conseguem atender a todos de forma satisfatória. São muitas localidades para serem atendidas, com estradas ruins, muitas vezes sem a menor condição de conduzir algum veículo por elas.

Observa-se as dificuldades em atender as demandas solicitadas, pois a OMIR recebe diversos pedidos, desde arame e tecidos, a projetos de gado, avicultura e piscicultura. Nota-se, que a partir da ajuda dos parceiros tem conseguido suprir algumas dessas solicitações. Entretanto, a Organização não garante a continuidade das mesmas, uma vez que, dependerá do modo como essas mulheres irão administrar tais projetos e possibilitar o êxito em sua realização.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vimos no presente texto como as lutas das mulheres indígenas de Roraima se inserem no contexto mais amplo do movimento indígena e da construção de processos de resistência étnica e construção de novos processos sociais no seio da sociedade nacional.

Analisamos as reivindicações no processo histórico e vimos como estas foram mudando ao longo dos anos, não isentas de conflitos e contradições, como a resistência inicial dos homens e de algumas organizações que não apoiaram inicialmente a criação da OMIR, assim como as divergências sobre as definições estratégicas relativas à demarcação das terras entre organizações indígenas.

Dentre as demandas algumas têm sido permanentes, como as oficinas de artesanatos, os trabalhos de corte e costura, ou as reclamações contra o abuso de bebidas alcoólicas e o enfretamento a violência doméstica.





Algumas dessas exigências vão se transformando, por exemplo, enquanto nos primeiros anos temos uma grande procura por oficinas de artesanatos, nos últimos anos essa procura é por oficinas de cerâmicas. Da mesma forma que havia uma grande reivindicação por projetos de roças nos anos iniciais e passamos a ver, nos últimos anos, uma diversificação de projetos produtivos, relacionados à criação de aves, de peixes e hortas. É interessante salientar que as hortas implicam uma diferença com o conceito de roça, por estarem mais próximas das casas nas quais se cultivam verduras e legumes que não constavam no cardápio tradicional, mas que vem sendo incorporadas na dieta das comunidades e, inclusive, trabalhadas na perspectiva de segurança alimentar.

Constatamos que nos primeiros anos ansiavam-se por trabalhos relativos à saúde da mulher, enquanto que nos últimos anos essa postulação tenha recaído sobre a medicina tradicional. Essa mudança reflete a ampliação e diversificação dos debates, pois não é que a saúde da mulher não seja mais tratada, mas está cada vez mais relacionada a outras temáticas, com foco agora nas plantas e na medicina tradicional, envolvendo o conjunto da família e da comunidade.

Por sua vez, o clamor inicial em debater o estatuto da organização, vai diminuindo na medida em que a mesma se consolida e passa a ter o estatuto aprovado e oficialmente reconhecido.

De forma geral, podemos verificar como uma das grandes preocupações das mulheres indígenas não se refere apenas a sua participação social, política e econômica no seio das comunidades, mas também no âmbito mais amplo da participação política das organizações indígenas, isto é, no seio da sociedade nacional, passando aos poucos a debater política partidária e inclusive a sua inserção como movimento nos processos eleitorais. Vale ressaltar que Roraima conseguiu eleger a primeira Deputada Federal indígena do Brasil em 2018, salientando que essa escolha não foi por acaso, mas pelo trabalho conjunto e articulado das organizações e movimentos indígenas.

Ao deter nossa análise no questionamento sobre o abuso das bebidas alcoólicas e sua relação com a violência doméstica e intracomunitária, as mulheres indígenas nos mostram um caminho para gerar autocrítica e inclusive buscar mudar processos vistos como negativos. Nesse sentido, a cultura não pode ser vista como



uma camisa de força que nos oprime, mas um processo permanente de construção e reconstrução.

A luta das mulheres nos mostra que a conscientização e a participação ativa são fundamentais. Com coragem e determinação podemos construir um projeto de sociedade e novas formas de convivência que não precisam ser excludentes, opressoras, machistas e nem patriarcais, tampouco precisam ir para extremos opostos.

Nesse sentido, pode ser interessante pensar novas categorias de análise, como o “feminismo indígena” ou o conceito de “feminismo comunitário”, os quais podem trazer novas perspectivas para compreender as relações de gênero e os movimentos sociais.

O importante é reconhecer que a luta das mulheres indígenas traz novas contribuições para a vida social e para a reflexão acadêmica, de forma que esses processos não estejam marcados pela oposição entre homens e mulheres, mas pelo reconhecimento de uma perspectiva coletiva, de uma complementariedade ativa e de amplo respeito sobre os papéis de gênero e a contribuição de todos na vida da comunidade. Nesse sentido, a libertação das mulheres passa pela libertação dos homens. E o movimento das mulheres indígenas coloca novos desafios para a sociedade em seu conjunto.

## **REFERÊNCIAS**

ALEXANDRE, Ocília. *OMIR: uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por direitos*. Entrevista concedida a Luana Almeida de Moura, Boa Vista-RR, novembro de 2018.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*. Brasília: Abril Cultural Brasileira, 1985.

BARBOSA, Rosimeris Cavalcante. *OMIR: uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por direitos*. Entrevista concedida a Luana Almeida de Moura, Boa Vista-RR, novembro de 2018.

BONIN, Iara Tatiana. *O rosto feminino da resistência*. Jornal Porantim. Brasília-DF. Abril de 2000. Arquivo do Centro de Documentação Indígena-CDI.

CARVALHO, Maria Auxiliadora Lima de. *Os Movimentos Políticos Yanomami: Análises Da Construção De Suas Demandas E Reivindicações*. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima, 2015.



**LUANA A. DE MOURA & MAXIM REPETTO**

CELENTANI, Francesca Gargallo. *Feminismos desde Abya Yala*. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Ciudad de México: Editorial Corte y Confección, 2014.

CRUZ, Ivete da; SALOMÃO, Lavina. Carta da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima-OMIR. *Manchete socioambientais*. 07/12/2004. Disponível em: <<http://siteantigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=1872>>. Acessado em 10 de outubro de 2016.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GRIGÓRIO, Lenir Servino. *OMIR: uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por direitos*. Entrevista concedida a Luana Almeida de Moura, Boa Vista-RR, novembro de 2018.

GRIGÓRIO, Maria Cleonice Servino. *OMIR: uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por direitos*. Entrevista concedida a Luana Almeida de Moura, Boa Vista-RR, novembro de 2018.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IBGE, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: < <https://indigenas.ibge.gov.br/> > Acessado em 10 de maio de 2018.

KAXUYANA, Valéria Paye; SILVA, Suzy Evelyn de Souza. A Lei Maria da Penha e as mulheres indígenas. In: VERDUM, Ricardo (org.). *Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas*. Brasília: Inesc, 2008.

MONAGAS, Ângela Célia Sacchi. *União, luta, liberdade e resistência: as organizações de mulheres indígenas da Amazônia brasileira*. Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em Antropologia, Recife, 2006. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/790/arquivo4717\\_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/790/arquivo4717_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acessado em 12 de março de 2016.

MOURA, Luana Almeida de. *Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR): uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por direitos*. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima, 2019.

PAREDES, Julieta. Entrevista realizada por Patricia Dopazo Gallego. *O feminismo comunitário é uma provocação*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/555380-o-feminismo-comunitario-e-uma-provocacao--queremos-revolucionar-tudo>>. Publicado em 23 Maio de 2016. Acessado em 20 de agosto de 2020.



**LUANA A. DE MOURA & MAXIM REPETTO**

RAMALHO, Carla Onofre. *Unidas para a luta: a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em:

<[http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384179108\\_ARQUIVO\\_CarlaOnofreRamalhoFIM.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384179108_ARQUIVO_CarlaOnofreRamalhoFIM.pdf)> Acessado em 10 de fevereiro de 2016.

Relatório da I Assembleia Geral Estadual da OMIR. Comunidade Indígena Três Corações. Região Amajari. Roraima. 28 a 30/11/1999.

Relatório da IV Assembleia Estadual da OMIR. Comunidade Indígena Canauani. Região Serra da Lua. Roraima. 19 a 21/11/2003.

Relatório da VIII Assembleia Estadual da OMIR. Lago Caracaranã. Região Normandia. Roraima. 24 a 28/02/2008.

Relatório da X Assembleia Estadual da OMIR. Comunidade Indígena Araçá. Região Amajari. Roraima. 28 a 30/05/2010.

Relatório da XIII Assembleia Estadual da OMIR. Comunidade Indígena Araçá. Região Amajari. Roraima. 08 a 10/05/2014.

Relatório da XV Assembleia Estadual da OMIR: "15 anos protagonizando a história da mulher indígena do estado de Roraima". Lago do Caracaranã. Região Raposa. Roraima. 16 a 20/04/2016.

Relatório da XVI Assembleia Estadual da OMIR. "Um Olhar Diferente nos Avanços e Desafios". Comunidade Indígena Pium. Região Tabão. Roraima. 03 a 07/05/2017.

Relatório da XVII Assembleia Estadual da OMIR: "Mulheres Indígenas Promovendo a auto sustentabilidade". Comunidade Indígena Manoá-Pium. Região Serra da Lua. Roraima. 16 a 20/04/2018.

Relatório da IV Assembleia Estadual da OMIR. Comunidade Indígena Canauani. Região Serra da Lua. Roraima. 19 a 21/11/2003.

Relatório do 1º Encontro dos Coordenadores Regionais e Coordenadores dos Catequistas da AIRASOL (Trocando Ideias). Comunidade Indígena Maturuca. Região Uiramutã. Roraima. 02/02/1996.

REPETTO, Maxim. *Movimentos Indígenas e Conflitos Territoriais no Estado de Roraima*. Boa Vista: Ed. UFRR, 2008.

SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. (Orgs). *Gênero e povos indígenas: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia"*, Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ/ FUNAI, 2012.

SANTILLI, Paulo. *Pemongon Patá: Território Macuxi, rotas de conflito*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.



SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria de análise histórica*. 3ª. ed. Recife: SOS CORPO, 1996.

SEGATO, Rita Laura. *Os percursos do gênero na antropologia e para além dela*. Série Antropologia: Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_, Rita Laura. *Uma agenda de ações afirmativas para as mulheres indígenas do Brasil*. Série Antropologia. Brasília, 2003.

SILVA, Marciliana Luiz da. *OMIR: uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por direitos*. Entrevista concedida a Luana Almeida de Moura, Boa Vista-RR, novembro de 2018.

SIMONIAN, Lúcia T. L. Mulheres Indígenas Roraimenses: Organização política, impasses e perspectivas. ALVES, Cláudia Lima Esteves (Org.). *Transformação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças: Seminário organizado e coordenado pelo Curso de Especialização em Relações Fronteiriças do Centro de Ciências Sociais de Geociências da Universidade Federal de Roraima, com o apoio financeiro da CAPES, no período de outubro a dezembro de 1997*.

STRATHERN, Marilyn. *O Gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. André Villalobos, tradutor. Campinas- SP: Editora da UNICAMP, 2006.

VERDUM, Ricardo (org.). *Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas*. Brasília: Inesc, 2008.